RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 21/01/2028.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE MEDICINA

Kamila Vasques Carvalho Rodrigues

TRAJETÓRIAS DE GRADUANDOS QUE INGRESSARAM EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Dra. Dinair Ferreira Machado

Botucatu
2026

Kamila Vasques Carvalho Rodrigues

TRAJETÓRIAS DE GRADUANDOS QUE INGRESSARAM EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Dinair Ferreira Machado.

Botucatu
2026

R696t

Rodrigues, Kamila Vasques Carvalho
Trajetórias de graduandos que ingressaram em uma universidade pública por meio de ações afirmativas / Kamila Vasques Carvalho Rodrigues. -- Botucatu, 2026

93 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Medicina, Botucatu
Orientador: Dinair Ferreira Machado

1. Políticas Afirmativas. 2. Racismo. 3. Violência. 4. Vulnerabilidade Socieconômica. 5. Cota. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Kamila Vasques Carvalho Rodrigues

TRAJETÓRIAS DE GRADUANDOS QUE INGRESSARAM EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Dinair Ferreira Machado
Universidade: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

Prof(a). Dr(a). Jacqueline Costa Teixeira Caramori
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

Prof(a). Dr(a).Luana Anjos Ramos
Universidade Federal Mato Grosso – Campus Araguaia

Data da Defesa: 21/ 01 /2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Botucatu

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KAMILA VASQUES CARVALHO RODRIGUES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA, DA FACULDADE DE MEDICINA - CÂMPUS DE BOTUCATU.

Aos 21 de janeiro de 2026, às 9h, no(a) Anfiteatro do departamento de saúde coletiva, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de KAMILA VASQUES CARVALHO RODRIGUES, intitulada "TRAJETÓRIAS DE GRADUANDOS QUE INGRESSARAM EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA POR MEIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DINAIR FERREIRA MACHADO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Saúde Pública / UNESP / Câmpus de Botucatu - FMB, Profa. Dra. JACQUELINE DO SOCORRO COSTA TEIXEIRA CARAMORI (Participação Presencial) do(a) Departamento de Clínica Médica / UNESP / Câmpus de Botucatu - FMB, Profa. Dra. LUANA DOS ANJOS RAMOS (Participação Virtual) do(a) Departamento ICBS / Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS) - UFMT, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DINAIR FERREIRA MACHADO

DEDICATÓRIA

Para aquela menina que há 10 anos trabalhou como atendente em uma marmitaria para pagar a faculdade, sempre houve ali o desejo de estudar e de seguir carreira acadêmica, foi apenas uma pedra.

Dedico ao Ricardo, Arthur e Karolina, o pulsar de força em minha vida, que ao colher os frutos esperados desta plantação eu possa plantar em vocês, terras férteis; sementes que germinarão doces frutos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir sonhar e me proporcionar fé e coragem para realizar.

Agradeço à minha orientadora, Dinair Ferreira Machado, sou muito grata por ter aceitado orientar uma mulher que descobriu uma gestação no início do caminho, grata por toda escuta, pelos cafés, pelas risadas, pelas orientações e pelas orações, que a Mãe Maria, sempre esteja presente em sua vida.

Agradeço a Patrícia Sanine, como a participação em um congresso nos traz a compreensão de que o mundo é grande, e que com o estudo, e a força de vontade podemos reescrever nossa vida.

Agradeço a cada professor que fez parte do percurso, por viabilizar ensino com escutas, trocas, respeito e humildade. Pelas excelentes aulas ministradas, por todo conhecimento compartilhado. Por transmitir uma formação para atuação e para a vida, pois compreender saúde coletiva não é apenas uma questão de técnica, é uma lente de mundo. Grata pela formação que transforma a ação.

Agradeço a banca examinadora, que aceitou conhecer minha pesquisa e participar do exame de qualificação, com disponibilidade de contribuir para a melhoria e avanço, tanto da pesquisa, como da minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.964373/2024-00).

“Cota não é esmola"

Bia Ferreira.

RESUMO

Introdução: No Brasil, o sistema de cotas permitiu a diminuição na desigualdade de acesso ao ensino superior dos grupos mais vulneráveis. Contudo, muitas vezes, na universidade eles ainda vivenciam situações de vulnerabilidades socioeconômicas, raciais e de gênero que os impedem de usufruir integralmente a vida acadêmica. **Objetivo:** Analisar as dificuldades socioeconômicas, raciais e de gênero, bem como as situações de preconceito e violência vividas por estudantes cotistas que ingressaram na graduação em medicina de uma universidade pública. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa nos moldes de história de vida tópica. Participaram do estudo 16 estudantes cotistas da graduação em medicina humana (cursando ou formado). Os participantes foram entrevistados presencialmente ou via Google Meet no período de abril a outubro de 2024. As entrevistas foram gravadas e orientadas por um roteiro semiestruturado que abordou momentos específicos das trajetórias de vidas dos participantes. O estudo obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: ser graduando ou formado em medicina, acima de 18 anos e ter ingressado na universidade via sistema de cotas. Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas integralmente, pela pesquisadora, e analisadas à luz da Análise de Conteúdo modalidade análise temática de Bardin. O estudo foi submetido ao comitê de ética em pesquisa e aprovado sob o parecer 6.535. 804.**Resultados:** Dos 16 participantes, 08 são do sexo feminino e 08 do sexo masculino, bem como entre pretos(a) e brancos (a), a idade média é de 25 anos, as principais formar de ingresso foram pelo sistema de cotas por serem oriundos da escola pública e pelo sistema de cotas PPI, 07 identificam se como homossexuais, 08 dividem apartamento, 02 recebem Auxílio permanência. Os participantes do estudo relataram vivências de racismo velado, tais como exclusões de dinâmicas de grupo e preconceitos implícitos nas interações acadêmicas, além das dificuldades financeiras para se manterem em um curso integral e elitizado, e os impactos na saúde mental devido ao frequente sentimento de não pertencimento. **Conclusão**: As vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes cotistas podem influenciar na qualidade de vida e no potencial acadêmico deles, deste modo, a identificação das vulnerabilidades possibilitará o levantamento de estratégias de enfrentamento nas diferentes instâncias institucionais.

Palavras-chave: Políticas afirmativas, Racismo, violência, vulnerabilidade socioeconômica, Cotas.

ABSTRACT

Introduction: In Brazil, the quota system has reduced inequality in access to higher education for the most vulnerable groups. However, at university, they often still experience situations of socioeconomic, racial, and gender vulnerability that prevent them from fully enjoying academic life. Objective: To analyze the socioeconomic, racial, and gender difficulties, as well as situations of prejudice and violence experienced by quota students who entered the undergraduate medical program at a public university. Methods: This is a qualitative study in the form of a topical life story. Sixteen quota students from the undergraduate medical program in human medicine (current or graduated) participated in the study. The participants were interviewed in person or via Google Meet from April to October 2024. The interviews were recorded and guided by a semi-structured script that addressed specific moments in the participants' life trajectories. The study met the following inclusion criteria: being a medical undergraduate or graduate, over 18 years of age, and having entered the university via the quota system. After data collection, the interviews were transcribed in full by the researcher and analyzed using Bardin's Content Analysis method, thematic analysis. The study was submitted to the research ethics committee and approved under opinion 6,535,804. Results: Of the 16 participants, 8 are female and 8 are male, and there are both black and white participants. The average age is 25 years. The main forms of admission were through the quota system because they came from public schools and through the PPI quota system. 7 identify as homosexual, 8 share an apartment, and 2 receive housing assistance. Study participants reported experiences of hidden racism, such as exclusion from group dynamics and implicit prejudices in academic interactions, in addition to financial difficulties in maintaining a full-time and elite course, and the impacts on mental health due to the frequent feeling of not belonging. Conclusion: The vulnerabilities experienced by quota students can influence their quality of life and academic potential, thus, identifying vulnerabilities will enable the identification of coping strategies in different institutional instances.

Keywords: Affirmative action policies, Racism, violence, socioeconomic vulnerability, Quotas.

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....10

2. **OBJETIVO**.....13

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....13

3. **JUSTIFICATIVA**.....14

4. **MÉTODOS**.....15

4.1 Desenho do estudo e embasamento teórico.....15

4.2 Etapa 1 – Revisão Integrativa sobre o racismo e politicas afirmativas no ensino superior (artigo 01).....15

4.3 Etapa 2 – Pesquisa Empírica com alunos que ingressam no ensino superior por meio das das cotas (artigo 02).....16

4.3.1 Cenário dos participantes.....16

4.3.2 – Cenário da pesquisa 17

4.3.3 – Critério de Inclusão 18

4.3.4 - Procedimentos para obtenção de dados.....19

4.3.5 - Instrumento para obtenção de dados.....19

4.3.6 - Questionário sociodemográfico 19

4.3.7 – Perguntas norteadoras.....19

4.3.8 – Análise de dados.....20

4.3.9 – Aspectos éticos.....21

5 – **Resultados**.....22

5.1 – Artigo 1-Políticas afirmativas no ensino superior: instrumento de justiça social e de enfrentamento ao racismo estrutural 22

5.2 – Artigo 2 –Vivências interseccionais de violência e saúde mental entre estudantes cotistas do curso de medicina.....29

6- **Considerações finais …**.....83

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 83

Apêndice A – Instrumento de coleta de dados.....86

Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido Resolução CNS 466/2012.....88

ANEXO 89

Anexo A – Parecer Comitê de ética em Pesquisa.....89

Anexo B- Comprovante de submissão a Revista Ciência e Saúde Coletiva.....90

Anexo C – Ata de Defesa Pública da Dissertação de Mestrado 91

1. INTRODUÇÃO

As políticas afirmativas surgem como resposta a processos históricos de exclusão e desigualdade estrutural que marcaram diferentes sociedades, especialmente em relação à raça, etnia, gênero e classe social. Seu objetivo central é promover a equidade por meio de ações compensatórias, visando garantir a grupos historicamente marginalizados o acesso a direitos e oportunidades de forma mais justa. O termo “ações afirmativas” (“affirmative action”) foi popularizado nos Estados Unidos a partir da década de 1960, durante o governo de John F. Kennedy. Em 1961, o presidente norte-americano assinou a Ordem Executiva nº 10.925, que determinava medidas para garantir a não discriminação em contratações públicas, especialmente em relação à população negra. Esse marco representou um passo importante no contexto dos direitos civis e no combate ao racismo institucionalizado no país (Feres Jr., 2018).

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001 na cidade de Durban, África do Sul, representou um ponto de inflexão no debate global sobre igualdade racial. O evento evidenciou a necessidade de políticas públicas voltadas à eliminação das desigualdades raciais, incluindo as ações afirmativas como instrumentos estratégicos para promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, em especial as populações negras. A conferência destacou o racismo como uma construção social profundamente enraizada, geradora de desigualdades no acesso a direitos fundamentais, tais como educação, trabalho e saúde (Brasil, 2001).

Desde o período escravocrata, a desigualdade racial constitui uma característica estrutural da sociedade brasileira, refletindo-se em diferentes níveis de acesso a oportunidades sociais por parte de brancos e negros. As ações afirmativas, nesse sentido, configuram-se como políticas públicas ou privadas destinadas a mitigar as desvantagens socioeconômicas enfrentadas por determinados grupos, especialmente no que diz respeito à raça/etnia, gênero e classe social. Dentre tais medidas, destaca-se o sistema de cotas como a mais amplamente reconhecida, especialmente no que tange ao ingresso no ensino superior (Feres; Campos; Daflon, 2018; Zobiole; Santos, 2019).

No Brasil, o marco inicial das ações afirmativas remonta à década de 1980, com destaque para o pensamento crítico de Abdias do Nascimento. Este autor

confrontou o mito da democracia racial proposto por Gilberto Freyre — o qual pressupunha a igualdade entre indivíduos de diferentes raças — e defendeu a adoção de políticas compensatórias destinadas à população afro-brasileira, após séculos de exclusão e discriminação (Freyre, 1998; Moehleche, 2002).

Entre as propostas defendidas por Nascimento, figuravam a reserva de 20% das vagas no serviço público para mulheres negras e 20% para homens negros, concessão de bolsas de estudo, incentivos às empresas privadas para a erradicação da discriminação racial, valorização da imagem da família afro-brasileira no material didático, bem como a inclusão da história das civilizações africanas e da presença negra no Brasil nos currículos escolares. Embora o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional, suas reivindicações permaneceram como base para debates subsequentes (Moehleche, 2002).

O debate sobre ações afirmativas ganhou força no país a partir da década de 1990, embora iniciativas isoladas já estivessem em curso antes disso. A Constituição Federal de 1988 representou um avanço importante ao reconhecer a pluralidade étnico-racial e os direitos das populações indígenas e afrodescendentes. No entanto, foi somente no início dos anos 2000 que políticas públicas mais robustas foram implementadas, especialmente no campo da educação. Um marco decisivo foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2004, que concede bolsas de estudo para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Outro passo importante foi a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que institui a reserva de 50% das vagas em universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios adicionais de renda, raça e etnia. Essa legislação buscou corrigir desigualdades históricas, sobretudo aquelas ligadas à população negra, parda, indígena e à baixa renda. (Brasil, 2004; Muganba, 2004; Almeida, 2019)

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, as políticas afirmativas no Brasil seguem sendo alvo de intensas controvérsias, sobretudo por setores da sociedade que questionam sua legitimidade sob o argumento da meritocracia. A lógica meritocrática, por sua vez, parte da premissa de que o sucesso individual é resultado exclusivo do esforço pessoal, ignorando desigualdades estruturais historicamente consolidadas como o racismo, o sexismo e as desigualdades regionais e socioeconômicas (CARNEIRO, 2011; HOLANDA, 2020).

A crítica às políticas afirmativas, especialmente às cotas raciais e sociais no ensino superior e em concursos públicos, revela um tensionamento ideológico entre um modelo universalista de cidadania e a adoção de ações focalizadas, que reconhecem a desigualdade como produto de processos históricos de exclusão. A adoção da meritocracia como critério exclusivo de justiça social desconsidera que, em sociedades profundamente desiguais como a brasileira, os pontos de partida não são iguais – o que distorce o próprio princípio de mérito (DUBET, 2011).

Diversos estudos demonstram que as ações afirmativas têm efeitos concretos na ampliação do acesso a direitos, especialmente no campo da educação, e contribuem para a valorização da diversidade étnico-racial e a promoção da equidade (MUNANGA, 2003; PAIXÃO et al., 2010). Nesse sentido, é necessário problematizar: até que ponto o discurso meritocrático funciona como uma forma de resistência simbólica à redistribuição de oportunidades e ao reconhecimento das desigualdades raciais, sociais e de gênero no Brasil?

Assim, as políticas afirmativas, tanto no Brasil quanto em outros contextos, configuram-se como estratégias essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reconhecendo que igualdade formal não garante, por si só, igualdade de oportunidades. Ao final da década de 2010, observou-se uma significativa expansão das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Dados indicam que aproximadamente 71% das universidades públicas adotaram alguma forma de sistema de cotas, sendo que 87% dessas instituições contemplavam alunos oriundos de escolas públicas e 57% adotaram cotas raciais. Contudo, a desigualdade racial no acesso ao ensino superior ainda persiste, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior concentração da população negra, conforme dados do IBGE (Feres Jr., 2011; Artes; Ricoldi, 2015).

Deste modo, importa salientar que as ações afirmativas devem ser compreendidas como políticas públicas de caráter excepcional e temporário, orientadas à reparação de desigualdades estruturais historicamente constituídas. Seu objetivo central consiste em acelerar o alcance da equidade social, promovendo a igualdade de condições entre grupos que historicamente sofreram exclusão ou marginalização. Tais ações não se restringem às cotas no acesso ao ensino superior, abrangendo um conjunto mais amplo de medidas que visam assegurar a igualdade substantiva e a justiça social em diferentes esferas da vida pública. Nesse contexto, essas políticas desempenham papel estratégico na consolidação do

regime democrático, à medida que favorecem maior representatividade, diversidade e inclusão nos espaços institucionais (Brasil, 2001; Piovesan, 2005).

Conforme argumenta Florestan Fernandes (1996), a situação de exclusão vivenciada pela população negra no Brasil constitui um problema social de caráter estrutural que demanda reconhecimento, enfrentamento e superação por parte do Estado e da sociedade. Segundo o autor, é a própria ordem social excludente e desigual que marginaliza e estigmatiza os sujeitos negros, cerceando sua plena participação na vida social e política. Tal diagnóstico evidencia que a questão racial no Brasil não se resume a desigualdades pontuais, mas se insere em uma lógica histórica de dominação e silenciamento.

As contribuições de Florestan Fernandes foram fundamentais para desconstruir o mito da “democracia racial” no país, ao revelar o papel ativo das populações negras e pardas na resistência às estruturas de opressão, bem como na luta por reconhecimento e cidadania. Sua análise evidencia que o rompimento com o isolamento histórico e psicossocial imposto a esses grupos constitui um ato político que transforma a crítica social em instrumento de transformação.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as trajetórias de graduandos que ingressaram em uma Universidade pública por meio de ações afirmativas.

Referências Bibliográficas:

ALCÂNTARA, M. S. de. JÚNIOR, P. R. da S. Uma investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na universidade pública. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 25, n. 2, p. 127-163, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7767. Acesso em: 13 ago. 2025.

ALLEN, W. R.; MCLEWIS, C.; JONES, C.; HARRIS, D. From Bakke to Fisher: African American Students in U.S. Higher Education over Forty Years. **RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, Nova York, v. 4, n. 6, p. 41-72, set. 2018. DOI: https://doi.org/10.7758/RSF.2018.4.6.03. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.7758/rsf.2018.4.6.03?seq=3. Acesso em: 31 mar. 2025.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. ISBN: 978-85-9530-097-2

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858–881, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/198053143273. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3273. Acesso em: 31 mar. 2025.

ARTES, A.; MENA-CHALCO, J. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1221–1238, out. 2017.

AUGOUSTINOS, M.; TUFFIN, K.; EVERY, D. New racism, meritocracy and individualism: constraining affirmative action in education. **Discourse & Society**, Londres, v. 16, n. 3, p. 315-340, mai. 2005. DOI: https://doi.org/10.1177/0957926505051168. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0957926505051168. Acesso em: 31 mar. 2025.

BARDIN, Laurence**.** *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009

BARROS, R. N. DE.; PEIXOTO, A. DE L. A. Saúde Mental e Cotas: um Estudo Comparativo entre Estudantes Universitários no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e255410, 2023.

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2581–2589, out. 2018.

BOURDIEU P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria Do Sistema De Ensino**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferencia Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. (Durban, 31 de agosto a 07 de setembro de 2001)**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. de S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146–158, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i1.12059. Acesso em: 31 mar. 2025.

CICONELLO, A. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: Oxfam international (Org.). From Poverty to Power: how Active Citizens and Effective States can Change the World. Londres: Oxfam International, 2008.

DAFLON, V. T.; FERES JR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302–327, jan. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/MBtLrKDNWYWY8ntQDwBSGYb/?lang=en. Acesso em: 31 mar. 2025.

DIVINO, M. M. G.; ROMAGNOLI, R. C. Inserção e Permanência de Prounistas Negras: Uma Experiência Institucional em Análise. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1103–1123, 2022. DOI: 10.12957/epp.2022.69803. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/69803. Acesso em: 31 mar. 2025.

FERES JR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. (Sociedade e política collection). ISBN: 978-65-990364-7-7.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era - V. 2.** São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES F. Racismo e cordialidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul.1995, p.1.2.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós‐socialista. Tradução de Márcia Prates. In: SOUZA, J (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria contemporânea democrática.** Brasília: UNB, 2001

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Paris: Allca XX, 2002. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONZAGA, Y. M. Racismo institucional, branquitude e gestão reativa seletiva: desafios para a implementação de ambiente universitário afirmativo. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e12047, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.12047. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/12047. Acesso em: 31 mar. 2025.

GRISA, G D; NEVES, C. E. B.; RAIZER, L. Academic Routs of Affirmative Action Students: A Case Study in Light of Equity, Race and Participatory Parity. **Rev. Inter. Educ. Sup.,** Campinas, v.6, n. 1-23, p. e020026, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Fojs%2Findex.php%2Friesup%2Farticle%2Fdownload%2F8654940%2F21517%2F60602. Acesso em: 31 mar. 2025.

GUIMARÃES, A. S. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 61, p. 147-162, 2001. Acesso em: 31 mar. 2025.

HARPALANI, V. Asian Americans, Racial Stereotypes, and Elite University Admissions. **Boston University Law Review**, Boston, v. 102, n. 1, p. 233-326, 2022. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/law_facultyscholarship/890.

JANKOWSKI, G. S. Students' understanding and support for anti-racism in universities. Br J Soc Psychol. **The British journal of social psychology**, Letchworth, v. 61, n. 1, p. 322-344, 2022. DOI: 10.1111/bjso.12482. Acesso em: 31 mar. 2025.

KO, M.; HENDERSON, M. C.; FANCHER, T. L.; LONDON, M. R.; SIMON, M.; HARDEMAN, R. R. US Medical School Admissions Leaders' Experiences With Barriers to and Advancements in Diversity, Equity, and Inclusion. **JAMA Network Open**, Chicago, v. 6, n. 2, p. e2254928, 2023. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2022.54928. Acesso em: 31 mar. 2025.

MACHADO M. B.; RIBEIRO D. L.; CARVALHO FILHO M. A. de. Social justice in medical education: inclusion is not enough-it's just the first step. **Perspectives on Medical Education**, Houten, vol. 11, n. 4, p. 187-195, 2022. DOI: 10.1007/s40037-022-00715-x. Acesso em: 31 mar. 2025.

MARTINS, S. D. S.; MEDEIROS, C; A.; NASCIMENTO, E. L. Paving Paradise: The Road from “Racial Democracy” to Affirmative Action in Brazil. **Journal of Black Studies**, [S.l.], v. 34, n. 6, p. 787-816, 2004. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3180914. Acesso em: 31 mar. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197–217, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011. Acesso em: 31 mar. 2025.

NAIFF, D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; SOUZA, M. A. de. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 1, 2009. Disponível em : http://www.revispsi.uerj.br/v9n1/artigos/pdf/v9n1a17.pdf.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos. In: DOS SANTOS, S. A. (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.**

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

PRADO, E. C. do.; SILVA, F. C. da. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p. e78267, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.78267. Acesso em: 31 mar. 2025

RAWLS, J. **A theory of justice.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

REEPING, D.; LEE, W.; LONDON, J. Person-centered analyses in quantitative studies about broadening participation for Black engineering and computer science students. **Journal of Engineering Education**, Washington, v. 112, n. 3, p. 769–795, 2023. DOI: https://doi.org/10.1002/jee.20530REEPINGET. Acesso em: 31 mar. 2025.

ROSEMBERG, F; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, dez. 2008. DOI: 10.1590/S0104- 83332008000200018. Acesso em: 31 mar. 2025.

SAX, L. J.; ARREDONDO, M. Student Attitudes toward Affirmative Action in College Admissions. **Research in Higher Education**, Nova York, v. 40, n. 4 , p. 439-459, 1999.

SILVA JÚNIOR, E. A.; SILVA, G. H. G. **Microagressões no ensino superior no âmbito das ciências exatas**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, 2023.

SONN, C.; BISHOP, B.; HUMPHRIES, R. Encounters with the dominant culture: Voices of indigenous students in mainstream higher education. **Australian Psychologist**, Melbourne, v. 35, n. 2, p. 128–135, 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/00050060008260334. Acesso em: 31 mar. 2025.

VIEIRA, R. S.; KUENNING, M. A. Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, [S.l.], v. 73, 2019, n. 101931. DOI: https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2019.101931. Acesso em: 31 mar. 2025.

VOSGERAU D. S. R.; ROMANOWSKI J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n.41, p. 165-89, 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Disponível em:

https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317. Acesso em: 13 ago. 2025.

WILLIAMS, M. T. Adverse racial climates in academia: Conceptualization, interventions, and call to action. **New Ideas in Psychology**, [S.l.], v. 55, p. 58-67, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2019.05.002. Acesso em: 31 mar. 2025.

ZAIDI, Z.; ROCKICH-WINSTON, N.; CHOW, C.; MARTIN P. C.; ONUMAH, C.; WYATT, T. Whiteness theory and the (in)visible hierarchy in medical education. **Medical education**, Oxford, v. 57, n. 10, p. 903-909, 2023. DOI: 10.1111/medu.15124. Acesso em: 31 mar. 2025.

ZOBIOLE, N. N.; SANTOS, L. dos. **Permanência e o desempenho da População Negra no Ensino Superior em duas Universidades de estados diferentes (Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS))**. Campo Grande: UFMS, 2019. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6722. Acesso em: 31 mar. 2025.